

CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

Aviso n.º 5347/2002 (2.ª série) — AP. — Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, torna-se público que a Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, na sua reunião de 1 de Junho de 1999, deliberou, por unanimidade, solicitar à CCRLVT a revisão do PDM e a consequente nomeação da Comissão Técnica de Acompanhamento, tendo deliberado, na reunião de 28 de Março de 2002, que o prazo para formulação de sugestões e de apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de revisão do PDM fosse de 30 dias úteis e que o prazo para a elaboração do projecto de plano relativo à revisão do PDM fosse de 365 dias seguidos, sendo, por este meio, convidados todos os interessados a formularem sugestões, assim como a apresentarem informações, por escrito, até 30 dias úteis contados a partir da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, na secretaria da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de revisão do Plano Director Municipal.

11 de Abril de 2002. — O Presidente da Câmara, *Luís Ribeiro Pereira*.

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Edital n.º 271/2002 (2.ª série) — AP. — *Publicação da Tabela de Taxas e Licenças Municipais.* — Avisam-se todos os interessados que a Câmara Municipal do Funchal, em reunião ordinária de Câmara do dia 11 de Abril de 2002 e em Assembleia Municipal do dia 30 de Abril de 2002, aprovou a actualização dos valores a cobrar na prestação de serviços ou na concessão de licenças aos particulares nos termos do artigo 2.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Municipais da Câmara Municipal do Funchal, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 18 de Agosto de 2000.

7 de Maio de 2002. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Rui Rodrigues Olim Marote*.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Aviso n.º 5348/2002 (2.ª série) — AP. — O Presidente da Câmara Municipal de Loulé, Dr. Sebastião Francisco Seruca Emídio:

Torna público que, de acordo com o estabelecido no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, se encontra para inquérito público, pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso, o projecto de alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Loulé, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, realizada em 29 de Abril de 2002, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião ordinária realizada no dia 17 de Abril de 2002.

14 de Maio de 2002. — O Presidente da Câmara, *Sebastião Francisco Seruca Emídio*.

Proposta de alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Loulé

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, introduziu alterações profundas no Regime Jurídico do Licenciamento Municipal das Operações de Loteamento, das Obras de Urbanização e Obras Particulares.

Face ao preceituado neste diploma legal, nomeadamente no que respeita ao estabelecido no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, os municípios devem promover as necessárias adaptações sob a forma de alteração dos seus regulamentos relativos ao lançamento e liquidação das taxas que sejam devidas pela realização de operações urbanísticas. De igual forma se torna necessário efectuar as alterações à tabela de taxas, licenças e agora de autorizações nos mesmos moldes.

Assim, nos termos do preceituado no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e do estabelecido nos artigos 53.º e 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, deve a Câmara Municipal de Loulé propor a alteração devida à Assembleia Municipal.

Todos os actos camarários têm um custo inerente que deve ser taxado, com excepção dos por natureza isentos, sendo assim necessário adequar e modernizar o regulamento que se quer integrado e aceite pela sociedade civil, compatibilizando-o com a nova conjuntura.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal de Loulé aprove o seguinte, sob a forma de proposta a enviar à Assembleia Municipal para aprovação do projecto que deverá ser submetido a consulta pública por um prazo de 30 dias, de acordo com o artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo.

Regulamento de Tabela de Taxas e Licenças

Artigo 1.º

Aprovação

1 — Nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, e alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º, com referência à alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, são fixadas as taxas e respectivos quantitativos que constam da tabela anexa a este Regulamento.

2 — É aprovado o novo Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Municipais a cobrar pela Câmara Municipal de Loulé, revogando-se o Regulamento e Tabela em vigor aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 22 de Julho de 1983 e alterações posteriores.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

As disposições do presente Regulamento são aplicáveis à cobrança das taxas e licenças previstas e estabelecidas na tabela anexa e que faz parte integrante do presente Regulamento, bem como e em regime subsidiário às taxas e licenças estabelecidas em regulamento próprio.

Artigo 3.º

Princípios

Os montantes estabelecidos neste Regulamento e nos demais em vigor no concelho de Loulé, respeitam os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da igualdade.

Artigo 4.º

Validade das licenças

1 — As licenças têm o prazo de validade nelas estabelecido.
2 — As licenças anuais, com excepção das licenças respeitantes a obras, caducam no final do ano em que foram liquidadas.

Artigo 5.º

Prazos de pagamento

1 — As licenças serão sempre previamente liquidadas.
2 — No caso do pedido de renovação ou o próprio pagamento se efectue excedendo os prazos legais ou regulamentáveis será a importância devida acrescida de 20% do seu valor, exceptuando-se as licenças de obras.

Artigo 6.º

Erros na liquidação

1 — Quando se verificar que na liquidação se cometeram erros de facto ou de direito, ou existir quaisquer omissões imputáveis aos serviços e das quais tenham resultado prejuízo para a Câmara, o serviço respectivo promoverá de imediato a liquidação adicional.

2 — A liquidação adicional não será efectuada quando o quantitativo das mesmas for inferior a 0,50 euros.

3 — Para os efeitos da liquidação adicional, será notificado o contribuinte respectivo, por mandato ou por correio registado para, no prazo de 20 dias, satisfazer a diferença, constando obrigatoriamente da notificação os fundamentos da cobrança adicional, o montante e o prazo, bem como advertência de que o não pagamento implica a cobrança coerciva.

Artigo 7.º

Isenções

1 — Sem prejuízo das isenções previstas e em vigor, estão isentas do pagamento de todas as taxas, encargos e mais valias, o Estado e seus institutos e organismos autónomos.